

O ATENDIMENTO NA REDE PÚBLICA NO DF

Ana Lucia Martins Lobato

Por meio de diversas declarações das autoridades de Saúde do GDF, fiquei sabendo, já faz algum tempo, que era de interesse das autoridades locais conhecer e acompanhar os casos de dengue no DF para realizar um acompanhamento que inclui informações sobre o total de casos e distinguir aqueles originados fora do Distrito Federal dos outros em que as suspeitas recaem sobre focos dentro da própria capital.

Meu filho, de 8 anos, foi passar carnaval em São Luís (MA), sendo comum os casos de dengue — inclusive, dentro do grupo no qual estava convivendo. Seu regresso ocorreu há dez dias, e, a partir do domingo último, ele tem todos os sintomas de dengue (febre, erupções na pele, etc). Imaginei que, devido às declarações dos responsáveis pela Saúde Pública no DF, fosse interessante levar a criança à rede pública para realizar os exames, confirmando a dengue, e alimentar as estatísticas que, posteriormente, deveriam balizar a política na área.

Minha odisséia começou tratando de determinar aonde poderia levar o menino. Depois de vários telefonemas, fui informada no Hospital da Asa Norte (Hran) que teria de realizar uma consulta no Centro de Saúde Comunitária, mas o mesmo fechava às 18h. De qualquer forma, fui informada que poderia ir ao pronto-socorro desse hospital, onde um médico observaria a criança e mandaria fazer os exames necessários — cujos resultados seriam encaminhados ao Centro de Saúde Comunitária.

Com essa informação, fui com meu filho ao Hran às 19h30. Depois de feita uma fila, o empregado encarregado de preencher a ficha nos disse que não são atendidas crianças no Hran. Expliquei o caso (suspeitas de dengue, informação proporcio-

nada por de consulta telefônica ao próprio Hran, etc), mas ele foi irredutível: a consulta deveria ser feita no hospital da 608 Sul, na Unidade Pediátrica.

Lá fui eu com meu filho para a 608 Sul. Nessa unidade, o médico que faz triagem informou que, lá, não são feitos atendimentos sobre dengue, que seriam realizados em outra unidade (não lembro qual), na Asa Norte. Mas disse que a criança seria atendida ali mesmo porque estava com febre (38,5 graus).

Na espera, um homem chegou, afirmando ser do interior. Contou que seu filho havia sofrido queimaduras e foi enviado para Brasília. Ele tinha ido ao Hran porque esse hospital tem uma unidade de queimados. Aí, foi informado que, por ser criança, o paciente não poderia estar no Hran, e o pai deveria ir ao hospital da 608 Sul. O homem pegou suas trouxas e estava ali procurando pelo seu filho. Só que, no hospital da 608 Sul, estava sendo informado que, como era um caso de queimadura, a criança deveria estar no Hran.

Enquanto o homem chorava tratando de encontrar o filho, outra mulher chegou com uma criança de braço quebrado. Só que o hospital da 608 é pediátrico, mas não tem plantão de ortopedia. Nesse caso, o destino deveria ser o Hospital de Base.

Ou seja, as autoridades deveriam informar: se a criança tem queimaduras, vai ao Hran; se quebra um osso, deve ir para o Hospital de Base e, se tem outras coisas (quais serão?), vai para a 608 Sul.

Continuava eu esperando até que fui atendida por uma médica, que mandou meu filho fazer diversos exames no laboratório. Quando me dirigi a ela, levei um susto pela precariedade do lugar. Depois de muito gritar (dado que ninguém atendia), decidi entrar. O funcionário não po-

dia escutar meu grito porque estava no maior papo no telefone. Depois de reclamar, ele deixou o telefone, chamou outro funcionário. Esse último afirmou que o problema era que haviam retirado o guarda que fica na porta do laboratório e que seria interessante se os interessados (ou seja, os cidadãos) fizessem um abaixo assinado reclamando da falta desse guarda.

Depois de toda essa discussão, meu filho foi levado para tirar um pouco de sangue. Nisso, entrou uma funcionária que determinou a suspensão do exame porque a médica avisou que seria melhor que só tirasse o sangue depois de a febre ir embora.

Voltei com meu filho para o pronto-socorro e disse à médica que o melhor seria eu me dirigir à rede privada. Deram à criança umas gotas para passar a febre, e fomos embora — às 22h30.

Existe um denominador comum entre o governo neoliberal do professor Fernando Henrique Cardoso e o governo democrático e popular do professor Cristovam Buarque: o total descaso com a saúde pública. Nem eles nem suas equipes de governo têm a mínima necessidade de recorrer à rede pública. Eu, como faço parte dessa pequena elite que não tem necessidade de correr à rede pública, fiz, então, o que deveria ter feito antes: levar meu filho à rede privada.

Lamentavelmente, achava que as autoridades teriam interesse em saber se meu filho tinha dengue, para acompanhar a epidemia no DF. De fato, esse era o problema de saúde dele. E os pobres continuarão perambulando entre um hospital e outro até que alguém se apiede deles, decidida atendê-los. Ou até que morram na espera.

■ Ana Lucia Martins Lobato é economista e moradora da Asa Norte